

## 7 Livro na rua, níqueis no bolso

No texto para a conferência de proteção à infância, ficamos sem saber quais eram os alvos concretos da crítica de Lobato à literatura “farmacêutica”, ou quais seriam os argumentos usados por eles para justificar seu modo de fazer literatura infantil. Não se pode ignorar que a visada teórica da conferência tem a vantagem de não nomear oponentes, silêncio que a inclusão nas *Obras Completas* amplifica. Se quisermos construir um quadro mais abrangente, que de fato situe a formulação de um projeto de literatura infantil por Monteiro Lobato, é preciso avançar na conexão não-dita entre este texto e o pequeno prefácio a um conto da personagem Lúcia, publicado cerca de 10 anos antes<sup>1</sup> na *Revista do Brasil*, continuação do primeiro livro da personagem. Por ser curto, transcrevo-o na íntegra:

A nossa literatura infantil tem sido, com poucas exceções, po-bríssima de arte, e cheia de artifício, – fria, desengraçada, pre-tensiosa. Ler algumas páginas de certos “livros de leitura”, e-quivale, para rapazinhos espertos, a uma vacina preventiva con-tra os livros futuros. Esvai-se o desejo de procurar emoções em letra de forma; contrai-se o horror do impresso... Felizmente, esboça-se uma reação salutar. Puros homens de letras voltam-se para o gênero, tão nobre, por ventura mais nobre do que qual-quer outro. Entre esses figura Monteiro Lobato, que publicou em lindo álbum ilustrado o conto da “Menina do narizinho arre-bitado”, e agora vai ampliando de novos episódios, alguns dos quais se reproduzem aqui (*Revista do Brasil*, jan. 1921, p.42).

Embora o parágrafo se refira a Lobato pelo seu nome próprio, isso não sig-nifica que ele mesmo não o possa ter escrito, e ainda que não o tenha, a semelhan-ça com o texto da conferência não deixa dúvidas de que se trata do mesmo argu-mento. A nota, anterior, advoga um valor literário para os livros infantis, ao passo que a conferência, posterior, transcorre numa situação em que se discutem para-

---

<sup>1</sup> Não há referência no volume sobre a data e a localização exatas do evento. Todavia, levando em conta o teor da tese e o desenvolvimento das histórias do *Sítio*, é provável que o texto não seja anterior à década de 1930. Isso descartaria, por exemplo, o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância de 1922. É possível que se trate da Conferência Nacional de Proteção à Infância de 1933, organizada sob os auspícios do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, ou de um evento menor, de escala regional ou local. Uma carta a Rangel de 19.12.1945 também menciona o conto da menina da capinha vermelha como modelo de literatura infantil, mas desta vez na chave da “ausência de literatura”, i.e., adorno e enfeite, que já conhecemos bem, e não da necessi-dade do narrador de se encaminhar para o terreno da criança. Pode, portanto, ser anterior ou poste-rior ao texto da conferência, não se sabe.

digmas para a literatura infantil, indicando uma possível mudança no estatuto do gênero. Que o argumento principal da conferência tenha sido formulado inicialmente à guisa de prefácio, indica que não pode ser separado de uma tomada de posição que marca a entrada de Lobato num campo literário específico. O prefácio em questão antecipa a dicotomia apresentada no texto da conferência, associada desta vez a uma outra oposição, entre homens de letras e... quais seriam mesmo os alvos concretos da crítica de Lobato? Note-se que ele toma como sinônimos a *literatura infantil* e os chamados *livros de leitura*<sup>2</sup> das classes primárias. Se observarmos os catálogos antigos de editoras como a Garnier e a Laemmert, ao menos desde as duas últimas décadas do século XIX, fica patente a impossibilidade de uma separação precisa entre livros de entretenimento puro e aqueles destinados ao estudo nas escolas. Muitas vezes, também não se distinguia se o autor listado era português ou brasileiro, e mesmo os livros de escritores nacionais eram impressos em oficinas em Portugal ou na França. Durante todo esse período, a “leitura escolar” era o livro infanto-juvenil por excelência no Brasil. E embora não seja possível assegurar apenas por este prefácio a quais autores se referia Lobato, ao menos é importante ter em mente esse cenário editorial.

Sem fugir completamente ao padrão, mas fora do conjunto dos textos de teor enciclopédico-escolar, havia as traduções das obras clássicas de ficção para a mocidade (Cf. ARROYO, 1990)<sup>3</sup>. A primeira iniciativa consistente nesse ramo editorial veio da Laemmert, principal casa a publicar livros técnicos e escolares antes do advento da Francisco Alves. Na década de 1880 entram em cena as tra-

---

<sup>2</sup> O “livro de leitura” era o único adotado pelos alunos nessa fase escolar. Em geral, seu conteúdo eram coleções de narrativas que apresentavam sob o adorno ameno uma conhecimentos gerais, religiosos e morais.

<sup>3</sup> Publicado pela primeira vez no final dos anos 60, e reeditado na década de 80 acompanhando a introdução da disciplina Literatura Infantil nos cursos graduação e pós-graduação em Letras, o trabalho de Leonardo Arroyo é um vasto inventário crítico de livros e periódicos escolares/infantis que circularam no Brasil desde o período colonial até o advento de Monteiro Lobato. Por essa via se distancia de Lourenço Filho (1943) e Cecília Meireles (1984), cujos trabalhos centravam-se na fixação de parâmetros para uma “boa literatura” infantil, sem um mapeamento sistemático dos livros produzidos para crianças no país. Creio que ele sustenta uma qualidade singular em relação aos panoramas históricos mais recentes, como os de Coelho (1981, 1985, 2000) e o de Lajolo & Zilberman (1984), pois dá visibilidade a uma extensa gama de materiais, como prefácios, pedidos de prefácios e anúncios de livros em catálogos de editoras. Seu sabor “antiquário” evidencia uma trama de conflitos bastante concretos e reconhece neles uma dinâmica específica, portanto, útil a qualquer um que deseje evitar o achatamento da trama por contextos macro-históricos supostamente mais explicativos. Mesmo o seu trabalho, porém, tende a centrar-se em autores e obras, deixando de lado a trajetória das livrarias e editoras responsáveis pelo comércio destes livros. Essa trajetória é descrita em detalhes por Hallewell (2005), que, no entanto não avança na descrição dos livros que lista. Daí a necessária complementaridade destes trabalhos para o breve panorama que passarei a esboçar agora.

duções feitas por Carlos Jansen<sup>4</sup> Müller, professor de alemão do Colégio Pedro II, “sempre com o cuidado de omitir passagens julgadas inadequadas para a juventude” (HALLEWELL, 2005, p. 242). O anonimato das traduções era freqüente em quaisquer livros, adultos e infantis, e evidenciava o desprestígio característico da tarefa. Jansen queixava-se do preço pago pelo serviço e buscava resguardar seus livros requisitando prefácios a pessoas importantes. Assim o expõe claramente na carta de 15 de novembro de 1887 encaminhada a Rui Barbosa<sup>5</sup> a pedido de um prefácio para o seu *Gulliver*. Em seu prefácio a *Contos seletos das mil e uma noites* (1882), Machado de Assis defende Jansen<sup>6</sup> contra as críticas ao seu português, enfatizando que uma ou outra locução substituível não deviam diminuir o valor da iniciativa. Por sua vez, o prefácio de Sílvio Romero também louva a iniciativa do tradutor, recordando que na escassez de bons livros para o aprendizado escolar, tinha sido obrigado a ler suas primeiras linhas em velhos autos escritos por escrivas forenses. “Histórias detestáveis e enfadonhas em suas impertinentes banalidades eram-nos administradas nestes poeirentos cartapácios. Eram como clavas a nos esmagar o senso estético, a embrutecer o raciocínio, a estragar o caráter” (*apud idem*, p.172).

Na mesma década e seguintes, a Quaresma e a Francisco Alves dividem com a Laemmert e a Garnier um mercado de livros infantis em expansão. A primeira lança sua Biblioteca Infantil, cujos livros ficaram à cargo do jornalista Alberto Figueiredo Pimentel. O foco da linha eram as adaptações dos contos de fadas de Perrault, Andersen e dos irmãos Grimm. Suas adaptações *Contos da Caro-*

<sup>4</sup> *Contos seletos das mil e uma noites* (1882), *Robinson Crusoe* (1885), *Viagens de Gulliver* (1888), *As aventuras do celeberrimo Barão de Münchhausen* (1891), *D. Quixote de la Mancha* (1901). Seu *Gulliver* sucedeu às duas únicas edições que circulavam no país até então, uma anônima, lançada pela Garnier em 1868, e outra em português de Portugal, assinada por Henrique Leitão e impressa por volta de 1785-86.

<sup>5</sup> “Como sabe, criei entre nós uma biblioteca juvenil, para ensinar a ler a geração presente. Foram publicados já: *Contos Seletos das Mil e Uma noites*, prefaciados por Machado de Assis; *Robinson Crusoe*, com introdução de Sílvio Romero; *D. Quixote*, patrocinado por Ferreira de Araújo. Tenho agora no prelo *As Viagens de Gulliver*, obra de que lhe envio algumas folhas e os cromos que devem acompanhar o texto – e tenho a ousadia de pedir-lhe uma introdução, como o Sr. Conselheiro, bom amante da instrução, as sabe fazer. Bem sabe que o editor mal paga o trabalho; mas um operário como eu aspira a mais alguma coisa do que ao rendimento material; (...) Não sou águia nem grande ilustração; mas entendo que mesmo em esfera limitada podem prestar-se bons serviços, e por isso contento-me com as adaptações das boas obras que em original nos faltam”. Citado na íntegra, por ARROYO, 1990, p. 173–174.

<sup>6</sup> Nos anos de 1883 e 1884, Jansen ministrou aulas de alemão a Machado de Assis, que à época freqüentava o círculo de alemães do Clube Beethoven, um dos muitos clubes surgidos na Corte na década de 1870 para a difusão da boa música. As aulas eram coletivas e delas participava um reduzido grupo de letrados da capital, dentre os quais Capistrano de Abreu. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, p. 52-55).

*chinha* (1894), *Histórias da avozinha* (1896) e *Histórias da baratinha* (1896) introduzem o subgênero folclórico, histórias com as quais as crianças podiam tomar contato antes mesmo da alfabetização. Já a Francisco Alves avançava no mesmo terreno que as demais editoras. Desde a sua fundação em 1872, o livreiro Alves anunciava que sua especialidade era os livros colegiais e acadêmicos. Além de adaptações e traduções, editava também “livros de leitura” da pena de autores brasileiros: *Contos Infantis* (1886) de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida, *Histórias da Nossa Terra* (1907), desta última; *Era uma vez...* (1908) de Viriato Correia e João do Rio, e todos os sete livros para crianças escritos por Olavo Bilac entre 1899 e 1911: *Livro de Composição* (1899), *Livro de leitura* (1901), *Contos pátrios* (1904), *Poesias Infantis* (1904); *Teatro Infantil* (1905), *Através do Brasil* (1910) e *Pátria Brasileira* (1911). Os dois primeiros e o último são seleções de textos editados por ele; em *Contos Pátrios* divide a autoria com Coelho Neto, e em *Através do Brasil*, com Manuel Bonfim. Os livros didáticos de João Ribeiro e o compêndio de lições práticas traduzido por Rui Barbosa também saíam pela casa<sup>7</sup>. A editora cresceu a partir de meados da década de 1890, e em 1906, abriu sua primeira filial em Belo Horizonte. Sua principal estratégia era a suplantação das concorrentes via tiragens maiores, além disso, comprava outras editoras apenas para obter os direitos autorais sobre obras específicas. Foi assim que incorporou ao seu catálogo a *Antologia Nacional* de Carlos de Laet e Fausto Barreto, e também os livros de João Kopke. O grande título da Laemmert no período era o opúsculo à mocidade do Conde de Affonso Celso, *Por que me ufano do meu país* (1900), escrito em comemoração ao quarto centenário do descobrimento do Brasil, e leitura obrigatória no ensino secundário brasileiro ainda por muitas décadas.

A pluralidade de títulos não deve exagerar as reais dimensões do cenário. Em primeiro lugar: a escrita de livros infantis continuava sendo associada à tradução no rol das atividades literárias de segunda classe, às quais muitos aspirantes a escritor entregavam-se em início de carreira. Júlia Lopes de Almeida já era bastante conhecida por seus romances de folhetim antes de escrever para crianças, assim com Coelho Neto. Eram dos poucos a terem o luxo de não pagar pelas pu-

<sup>7</sup> *Lições de Coisas*, livro didático traduzido por Rui Barbosa, foi muito usado no Brasil do final do século passado. Era um manual americano, calcado nas teorias de Pestalozzi e Froebel, famoso por ter sido utilizado por Robert Owen em sua New Harmony.

blicações de seus próprios livros. A consagração de Olavo Bilac só veio em 1907, ano em que simultaneamente era o líder da campanha pelo serviço militar obrigatório e o príncipe-dos-poetas eleito pela *Fon-Fon*. Antes disso passara pelo menos uma década traduzindo livros para a Laemmert e escrevendo livros infantis pela Francisco Alves, entre outras atividades que desempenhava<sup>8</sup>. Coelho Neto já era à época um monstro consagrado e sua parceria com Bilac deve ter funcionado do mesmo modo que a de Júlia Lopes com a prima Adelina, João do Rio e Viriato Correia<sup>9</sup>, i.e., partilhando o prestígio do escritor estabelecido com o aspirante.

A morte de Francisco Alves e a ascensão de Lobato como editor de livros coincidem espantosamente. Alves era um dos principais livreiros e editores das três maiores cidades do país quando faleceu em 1917, o mesmo ano em que Lobato vende a Fazenda Buquira, herança do avô, e usa o dinheiro para financiar a publicação de *Saci-Pererê: resultado de um inquérito*, pela gráfica do Estado de São Paulo. O sucesso dessa primeira experiência editando a si mesmo leva-o, no ano seguinte, a publicar *Urupês* (1918) e comprar a *Revista do Brasil*, na qual já colaborava. O crescimento das indústrias manufatureiras em São Paulo não havia mo-

---

<sup>8</sup> “É curioso notar que um de seus biógrafos [Eloy Pontes] revela que *Contos Pátrios* foi obra de produção relâmpago. Endividados, Coelho Neto e Bilac teriam ido à Editora Francisco Alves, dando ao livreiro a opção: o que lhes interessaria mais? Um romance de aventuras, ou uma antologia de contos-juvenis? Escolhida a segunda sugestão, quatro dias depois, tinha o editor em mãos os originais de *Contos Pátrios*. [...] Parece que já naquela época a literatura infantil era artigo inferior (‘... não o trabalho de um artista...’, como dizia o próprio Bilac...). Isto, e mais os visíveis pontos comuns entre alguns textos da antologia e contos do folclore europeu ou nativo, sugere que, ao levarem a proposta à Francisco Alves, os dois futuros príncipes [o dos romancistas e o dos poetas] já deviam ter rascunhos na gaveta, ao menos, na cabeça” (LAJOLO, 1982, p.61).

<sup>9</sup> Viriato Correa conhece Paulo Barreto na redação da *Gazeta de Notícias* em 1904. Ele escrevia a seção infantil do jornal com o pseudônimo de “Fafazinho”, o outro acabara de se assinar “João do Rio” pela primeira vez em novembro passado. Hércules Pinto (1966), único biógrafo de Viriato, conta assim a história do livro, desconhecido de vários estudiosos de João do Rio: Em 1908 “Viriato começou a pensar em ir ao Maranhão. Sentia saudades da terra, da família, porém como chegar lá, se não possuía nem o dinheiro das passagens de ida e volta? Sim, por que não arredaria o pé daqui sem que houvesse garantida a viagem de retorno. Entretanto, urgia consegui-lo. Como? E naquela teimosa procura de dinheiro, um dia, em conversa com Paulo Barreto, surgiu a idéia salvadora. Se os dois escrevessem um livro para crianças, por exemplo? Para Viriato não era difícil, por que muitas histórias escrevera no ‘Fafa[zi]nho’ [sic]. Paulo, na pior das hipóteses, entraria com seu nome que, por si só, era uma garantia de venda. Estabelecido o acordo, meteram mãos à obra e, dentro em pouco estava feito o livro, que tomou o nome de ‘Era uma vez...’. Estava escrito. E agora? Como publicá-lo?, se de novo se repetia o problema do dinheiro? Onde arranjar-lo para publicação? Era um círculo vicioso de endoidar. Os bolsos dos dois autores viviam sempre vazios porque o que ganhavam com suas literaturas não era o bastante para sua subsistência. E sem solução melhor, aceitaram a que menos desejavam, que era a de vender seus direitos autorais. Resolutos, dirigiram-se à Francisco Alves e venderam o livro pela importância de 3:000\$, que foram divididos irmanamente. E cada um se apossou, com infinita alegria, de 1:500\$, embora Viriato tivesse escrito muito mais que seu parceiro. Mas, isso não tinha a menor importância. O que lhes interessava era mais um livro na rua e uns níqueis no bolso para gastar o mais rapidamente possível” (p.62).

dificado a situação do mercado de livros. As livrarias restringiam-se aos bairros ricos, como também no Rio de Janeiro, e mesmo com as iniciativas arrojadas de Lobato a partir de 1918, o livreiro Henrique Pongueti podia escrever em 1937 recordando a situação do mercado editorial dez anos antes:

Quem quisesse ser lido que pagasse a impressão e deixasse de fricotes, como dizia o livreiro milionário alisando **o papelão das capas das suas minas de ouro e besteiras didáticas**. [...] cavar a colocação de um exemplar das suas obras na vitrina do centro, [era um] verdadeiro Prêmio Nobel só concedido aos amigos do peito da casa (*apud* HALLEWELL, 2005, p.312).

À distância, desde os tempos em que era promotor no município de Areias, Lobato seguia mais ou menos os mesmos caminhos que Olavo Bilac e Viriato Correia para se fazer publicado e lido, embora com a segurança financeira que lhe davam o emprego público e a propriedade fundiária. Como editor à frente da gráfica da *Revista do Brasil* e da Monteiro Lobato & Cia, adotou a estratégia semelhante à da editora Francisco Alves no tocante ao número de exemplares impressos, porém, extrapolando-a numa escala sem precedentes, graças à ampliação dos pontos de venda com que alavancara o sucesso de *Urupês*. É essa máquina editorial que permite a Lobato lançar *MNA* em completo desacordo com tudo o que se publicava até então em matéria de livros infantis, e logo em seguida, desafiar os autores do “gênero escolar” na nota prefacial do conto-sequência que veicula em sua própria revista.